

Reunião informal de Ministros do Emprego e Assuntos Sociais

Guimarães, 5-6 Julho 2007

12 pontos-chave para os desafios do futuro

Conclusões da Presidência, em conjunto com Alemanha e Eslovénia, membros do Trio de Presidências

1. A coordenação de políticas é um dos instrumentos mais importantes para o progresso europeu no emprego e nas questões sociais. Ela permite a melhoria das políticas e estimula avanços em direcção a objectivos comuns, ao mesmo tempo que salvaguarda a flexibilidade de, ao nível nacional, se conceberem estratégias adequadas aos contextos específicos e opções políticas dos Estados-Membros.
2. Avaliar os primeiros dez anos da Estratégia Europeia do Emprego e ter em conta todos os desenvolvimentos do Método Aberto de Coordenação, no contexto da Estratégia de Lisboa, é um importante ponto de partida para a nossa capacidade de melhorar estes instrumentos. A expressão dos pontos de vista dos Estados-Membros, das instituições europeias, dos parceiros sociais e dos representantes das ONGs permite-nos identificar **mensagens centrais para o futuro**.
3. Em primeiro lugar, e à luz dos desafios que a Europa hoje enfrenta, é importante continuar a fortalecer e a **melhorar a dinâmica de coordenação de políticas**. Tal deve ser feito através quer do **mapeamento claro de prioridades estratégicas** quer do **aumento da eficiência dos nossos métodos**, de modo a obter resultados positivos. A questão dos “**resultados**” é, por isso, absolutamente crucial.
4. No que toca a áreas de política decisivas para as estratégias ao nível europeu, várias questões foram salientadas como elementos transversais a ter em conta em desenvolvimentos futuros. Como factor de sucesso horizontal, foi salientada a necessidade de **melhorar a integração e a visibilidade das prioridades sociais** dentro do contexto mais alargado da reforma dos modelos económicos e sociais europeus, e nomeadamente das Linhas Directrizes Integradas da Estratégia de Lisboa.
5. O **envelhecimento activo**, no quadro das mudanças demográficas, é um elemento decisivo para promover a **sustentabilidade dos sistemas de protecção social**. Esta é uma questão que tem fortes ligações aos sistemas de pensões e de reforma, às políticas de emprego e do mercado de trabalho e à qualificação e aprendizagem ao longo da vida. Esta temática também permite pontes interessantes entre a adequação das respostas às necessidades sociais e às dimensões económicas e financeiras da sustentabilidade.
6. A **inclusão social** é uma dimensão fundamental de qualquer estratégia sustentável de desenvolvimento para a Europa. Ela fornece instrumentos para **criar oportunidades para todos** e para **maximizar o potencial** das sociedades e economias europeias. Não é simplesmente uma questão de cidadania, porque a inclusão tem também efeitos positivos no emprego, na economia, nas qualificações e no desenvolvimento humano. A integração dos migrantes e dos grupos desfavorecidos, da **luta contra a pobreza, especialmente entre as crianças e jovens**, fase em

que se geram as oportunidades de vida, foram referidos como tópicos específicos que devem ser matéria de maior atenção. Passos futuros na “**inclusão activa**” – baseada na promoção da **integração no mercado de trabalho**, em **medidas de rendimento mínimo adequadas** e no acesso a **serviços sociais de qualidade** – pode contribuir para estabelecer uma base sólida e equilibrada neste campo.

7. No plano da **flexigurança**, é essencial conseguir uma **abordagem integrada e equilibrada**, com combinações adequadas de **flexibilidade e segurança**, bem como um equilíbrio entre as diferentes dimensões deste debate. Para além disso, ficou claro que os desenvolvimentos europeus deverão incorporar a diversidade de situações e estratégias de reforma nos Estados-Membros. O desafio de fundo será desenhar estratégias de reforma que incorporem tanto **adaptabilidade e “segurança na mudança”**, tendo em vista ir de encontro às **necessidades das empresas e dos trabalhadores** em mercados de trabalho *transicionais*.
8. É da maior importância promover a capacidade estratégica das **políticas de emprego**. O crescimento do emprego e da oferta de mão-de-obra; a qualidade dos postos de trabalho; a conciliação de trabalho, vida familiar e pessoal, com implicações na igualdade entre mulheres e homens; e as dinâmicas migratórias foram sublinhadas como dimensões a ter no futuro dos processos de coordenação. A capacidade prospectiva para identificar sectores com potencial de **criação de novos empregos**, e a necessidade de enfrentar os **desafios da inovação e da renovação de competências** num quadro de competição global foram também abordadas.
9. Um elemento fundamental para um desenvolvimento económico e social sustentável é o **investimento em potencial humano**, através de **melhores sistemas de educação e formação**, e da **aprendizagem ao longo da vida**. Quer do ponto de vista da **competitividade**, quer na óptica dos recursos e **desenvolvimento de cada indivíduo**, a qualificação foi apontada como a pedra de toque de uma estratégia de sucesso para preparar a Europa para os desafios do Século XXI. Com implicações directas no crescimento da economia, nos níveis de emprego, nas oportunidades individuais e na coesão social, uma abordagem mais forte no que toca ao investimento em **competências** seria um elemento importante para produzir resultados em todas estas frentes.
10. Em termos dos métodos e dos procedimentos, várias questões foram sublinhadas. Entre elas, a capacidade de conseguir **acordar melhores objectivos comuns**, tendo em conta os pontos de partida diferentes de país para país. Foi também realçada a necessidade de **aumentar a qualidade dos indicadores** disponíveis nas áreas sociais e do emprego, bem como o papel das dinâmicas de *benchmarking*. O objectivo global é a melhoria e o fortalecimento da coordenação nas políticas sociais e de emprego.
11. Os processos de coordenação à escala europeia têm tudo a ganhar com o **reforço da participação dos diferentes actores**. Este aspecto reforçará a eficácia e o potencial de mobilização das políticas, aumentando a capacidade de **conseguir melhores e mais visíveis resultados para os cidadãos**. O papel dos Comités deve ser valorizado. Um bom exemplo será dado pelo actual debate sobre a flexigurança. Com base na recente Comunicação da Comissão Europeia, o Conselho vai fazer avançar o processo de modo a obter princípios comuns, após receber os contributos de actores relevantes como o Parlamento Europeu, o Comité do Emprego, o Comité da Protecção Social e os parceiros sociais.
12. A **Agenda de Lisboa** foi identificada como o quadro ideal para implementar e monitorizar os desenvolvimentos nos desafios acima referidos. Devemos ser capazes de atingir o duplo objectivo

de **conseguir um equilíbrio entre alguma estabilidade no processo e a necessidade de aumentar a coerência e a eficiência das nossas políticas.** Deste modo, conseguiremos uma moldura equilibrada, englobante e mais eficaz para **maximizar o potencial da Estratégia de Lisboa.** Entre outros aspectos, há margem de manobra para melhorar o papel dos Comités e a articulação entre áreas-chave como a economia, a educação, as políticas sociais e o emprego, tanto ao nível do Conselho como dos Comités, cuja articulação deve também ser maior. Assim, o Conselho EPSSCO desempenhará um papel de liderança na **melhoria das dimensões sociais e de emprego na Estratégia de Lisboa.**